

## **Sementes do passado, colheita do futuro: entrelaçando agricultura regenerativa e ancestralidade quilombola**

Seeds of the past, harvest of the future: interweaving regenerative agriculture and quilombola ancestry

Semillas del pasado, cosecha del futuro: entrelazando agricultura regenerativa y ancestralidade quilombola

**Fabio Gimovski**

Universidade Positivo

<https://orcid.org/0000-0002-5020-1746>

**Cintia Mara Ribas de Oliveira**

Universidade Positivo

<https://orcid.org/0000-0002-0051-9991>

**Resumo:** Este artigo examina a união entre agricultura regenerativa e ancestralidade quilombola, explorando sua contribuição para a preservação de saberes tradicionais e conservação ambiental. Através de uma revisão sistemática, investiga-se como práticas agrícolas regenerativas em comunidades quilombolas podem ser ecologicamente sustentáveis e culturalmente relevantes. O estudo revela que a integração da sabedoria quilombola com técnicas regenerativas fortalece a conservação ambiental e perpetua tradições, oferecendo um modelo replicável. Enfatiza-se a importância de abordagens inclusivas que incorporem aspectos culturais e ambientais no desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, visando políticas mais eficazes e o fortalecimento da etnoconservação.

O resumo deve conter até 250 palavras. Deve apresentar o tema, o objetivo, metodologia e resultados. Fonte Calibri, tamanho 12. Justificado, Espaçamento 1,2 entre linhas.

**Palavras-chave:** Agricultura Regenerativa; Ancestralidade Quilombola; Saberes Tradicionais; Sustentabilidade.

**Abstract:** This article examines the union between regenerative agriculture and Quilombola ancestry, exploring their contribution to the preservation of traditional knowledge and environmental conservation. Through a systematic review, it investigates how regenerative agricultural practices in Quilombola communities can be both ecologically sustainable and culturally relevant. The study reveals that the integration of Quilombola wisdom with regenerative techniques strengthens environmental conservation and perpetuates traditions, offering a replicable model. It emphasizes the importance of inclusive approaches that incorporate cultural and environmental aspects into the development of sustainable agricultural practices, aiming for more effective policies and the strengthening of ethnoconservation.

**Keywords:** Regenerative Agriculture; Quilombola Ancestry; Traditional Knowledge; Sustainability.

**Resumen:** Este artículo examina la unión entre la agricultura regenerativa y la ancestralidad quilombola, explorando su contribución a la preservación de los saberes tradicionales y la conservación ambiental. A través de una revisión sistemática, se investiga cómo las prácticas agrícolas regenerativas en comunidades quilombolas pueden ser ecológicamente sostenibles y culturalmente relevantes. El estudio revela que la integración de la sabiduría quilombola con técnicas regenerativas fortalece la conservación ambiental y perpetúa las tradiciones, ofreciendo un modelo replicable. Se enfatiza la importancia de enfoques inclusivos que incorporen aspectos culturales y ambientales en el desarrollo de prácticas agrícolas sostenibles, con el objetivo de promover políticas más eficaces y fortalecer la etnoconservación.

**Palabras-clave:** Agricultura Regenerativa; Ancestralidad Quilombola; Saberes Tradicionales; Sostenibilidad.

## Introdução

A relação histórica das comunidades quilombolas com seus territórios vai além da mera ocupação física do espaço. Ela engloba uma matriz de relações sociais e culturais essenciais para a sobrevivência e a identidade desses grupos, saberes

identitários que auxiliam na interpretação do mundo (Rizzo & Fonseca, 2022). As práticas de agricultura, neste contexto, são o resultado de uma síntese entre conhecimento tradicional e relação com a terra, fruto de uma cosmovisão que prioriza a harmonia com a natureza e o cuidado com a terra como uma extensão da comunidade e da própria vida (Pestana et al., 2022). Assim sendo, as práticas de agricultura adotadas por comunidades quilombolas não são apenas técnicas agrícolas, mas também representações tangíveis da sua cultura e história.

Há de se ressaltar que o objetivo da agricultura regenerativa não é trazer de volta um ambiente pré-agricultura, mas sim, trabalhar os processos da natureza dentro de um sistema que possibilite a convivência ecológica mantendo tanto saúde do solo quanto das pessoas (Khangura et al., 2023). O cultivo da terra é imbuído de significados que vão além da produção de alimentos; segundo Souza e Sacramento (2022); é uma forma de reafirmar a identidade e, ainda reconectar as gerações atuais com seus ancestrais (UNESCO, 2023). É importante destacar que sistemas agroflorestais mantêm com mais eficiência o carbono orgânico do solo (Matos et al., 2023) e que terras em regime de posse de quilombolas apresentaram diminuição do desmatamento entre os anos de 1985-2018 (Pacheco & Meyer, 2022).

Os quilombolas representam uma parte fundamental da história brasileira, manifestando-se como comunidades que transcendem a simples definição de agrupamentos de descendentes de africanos escravizados. Suas origens, embora enraizadas na resistência à escravidão e na busca por liberdade, evoluíram para complexas estruturas sociais que refletem não apenas a luta pela sobrevivência, mas também um profundo senso de pertencimento e identidade cultural (Souza; Sacramento, 2022). Essas comunidades têm sido espaços de preservação de práticas culturais, linguísticas e religiosas africanas, ao mesmo tempo em que se adaptam e incorporam elementos do contexto brasileiro em que estão inseridas (Pereira et al., 2022). Essa capacidade de resistência e adaptação não só demonstra a diversidade das tradições quilombolas, mas também sublinha a importância de reconhecer e valorizar essas comunidades como parte integral e ativa da sociedade brasileira (Smith et al., 2021). A definição de quilombolas, portanto, vai além de suas raízes históricas,

englobando um espectro de vivências, lutas e contribuições que são essenciais para a compreensão da identidade nacional brasileira.

A agricultura conectada aos saberes passados ao longo de gerações entre as comunidades quilombolas contribui para a preservação ambiental na medida em que se preocupa em manter a biodiversidade e a saúde do solo - práticas essenciais para a resiliência da comunidade e para a sustentabilidade de seu modo de vida (Ferreira et al., 2022). Essas práticas são uma reivindicação de espaço e uma estratégia vital para a conservação do patrimônio ambiental, uma vez que manifestam baixo impacto em suas atividades (Steward; Lima, 2017). Dessa forma, a agricultura nas comunidades quilombolas representa mais do que uma prática agrícola sustentável; ela reflete um legado de resistência e autonomia territorial (Santos et al., 2024; Matos et al., 2023; Dória, 2023), uma conexão que é culturalmente significativa, marcada pela luta contínua pela posse de terras e pela autodeterminação (Bracken et al., 2023).

A existência de solos ricos e férteis, deliberadamente enriquecidos e mantidos por povos ancestrais, aponta para um legado de conhecimento e habilidade em gerir sustentavelmente os recursos naturais (Gomes et al., 2020), a exemplo das mulheres da etnia Kayapó, incentivadas pelo Instituto Raoni a recuperarem terras degradadas e implementarem princípios agroflorestais (NBS, 2023), e da Terra Preta da Amazônia, rica em matéria orgânica, minerais, nutrientes e microorganismos benéficos (Parzyszek, 2022; Schmidt et al., 2023; Freitas et al., 2023). Entretanto, se existe o reconhecimento de que a Terra Preta é o resultado de processos intencionais, ou seja, não foi um acidente o acréscimo de material orgânico e carvão ao solo, mas sim uma estratégia sofisticada para superar as limitações de um ambiente desafiador; também há quem defenda que a formação da Terra Preta pode ter sido incidental (Neina; Agyarko-Mintah, 2023), um subproduto de assentamentos humanos e da disposição de resíduos que, ao longo do tempo, transformaram-se nesses solos férteis (Evans, 2022).

A potencial intencionalidade na criação da Terra Preta realça a capacidade humana de moldar o ambiente de forma positiva, enquanto a hipótese da não-intencionalidade sugere uma interação ambiental humana que, mesmo sem um plano diretor, pode resultar em melhorias duradouras na fertilidade do solo. De toda forma, como apontam os estudos de Neina e Agyarko-Mintah (2023), reconhecer uma interação

tanto harmoniosa quanto intencional entre povos ancestrais e o meio ambiente fornece um ponto de partida para a compreensão da agricultura praticada pelos quilombolas. Pode-se, então, traçar um paralelo entre essas duas percepções - Terra Preta e práticas quilombolas - para melhor compreender como os quilombos, com seus sistemas agrícolas baseados na sabedoria passada através de gerações, refletem um entendimento profundo da terra e da necessidade de manter a saúde do ecossistema para assegurar a sustentabilidade a longo prazo. Técnicas de cultivo tradicional aplicadas atualmente são encontradas, por exemplo, nas comunidade do Vale da Ribeira, em São Paulo, que foram reconhecidas como patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN (Rodrigues, 2021). É um diálogo com o passado que traz implicações para o presente e para o futuro da agricultura regenerativa.

Assim, o contexto deste artigo se estabelece na interseção entre a preservação dos saberes quilombolas e a prática da agricultura regenerativa, abordando como essa união pode ser fundamental na conservação ambiental e no fortalecimento de um legado cultural que transcende gerações. A prática da agricultura regenerativa, apesar de seus reconhecidos benefícios ambientais, enfrenta desafios significativos para sua implementação efetiva, especialmente nas comunidades quilombolas. Tais desafios são amplificados por limitações de recursos, lacunas no conhecimento técnico e barreiras socioeconômicas que dificultam a adoção desses métodos sustentáveis. Além disso, o risco da perda de saberes tradicionais, em meio à pressão de práticas agrícolas convencionais e à crescente modernização, coloca em risco a conservação da ancestralidade quilombola.

Há a necessidade de se identificar e fortalecer os pontos de contato entre a sustentabilidade ambiental e os saberes e práticas quilombolas. A relevância de tal investigação decorre da possibilidade de se promover não apenas a conservação do meio ambiente, mas também a valorização e a manutenção da cultura e da história dos quilombos, aspectos fundamentais para a identidade brasileira. Ademais, também é necessário identificar políticas públicas e iniciativas privadas que visem ao desenvolvimento sustentável e inclusivo, garantindo que os benefícios da agricultura regenerativa se alinhem com a proteção e promoção dos direitos e conhecimentos das

comunidades quilombolas. Perfazendo, dessa forma, o objetivo de explorar como a agricultura regenerativa, enraizada na ancestralidade quilombola, pode contribuir para a manutenção dos saberes tradicionais e a conservação ambiental.

Este estudo adota uma abordagem teórico-interpretativo por meio de uma metodologia que consiste em uma revisão sistemática da literatura, abrangendo publicações acadêmicas recentes e relevantes sobre agricultura regenerativa, ancestralidade quilombola e conservação ambiental. O processo de seleção das fontes seguiu critérios de relevância temática, atualidade e qualidade científica, priorizando trabalhos publicados nos últimos cinco anos em periódicos revisados por pares. A triangulação metodológica foi empregada, comparando artigos acadêmicos com documentos legais e relatórios de organizações não governamentais para garantir a precisão das informações. As fontes foram classificadas com base no sistema Qualis/Capes e no fator de impacto JCR 2022, priorizando estudos de maior relevância e impacto acadêmico. As palavras-chave utilizadas na busca incluíram: ancestralidade, agricultura regenerativa, comunidades rurais e quilombolas. Para a análise do material coletado buscou-se identificar, interpretar e sintetizar as principais intersecções entre os saberes quilombolas e as práticas de agricultura regenerativa, bem como suas implicações para a conservação ambiental e cultural. Este método analítico permitiu uma compreensão das relações entre tradição, sustentabilidade e preservação ambiental no contexto das comunidades quilombolas. O estudo, sobretudo, visa contribuir para o campo teórico e prático, oferecendo percepções que possam informar políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento sustentável que respeitem e valorizem a diversidade cultural e biológica.

## **A AGRICULTURA REGENERATIVA NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

A agricultura regenerativa redefine a prática agrícola ao priorizar a harmonia com a natureza sobre a produtividade imediata (Masterson, 2022; Metych, 2023), um enfoque que fomenta a simbiose com os ecossistemas locais e enfatiza a restauração e revitalização do meio ambiente (Amede et al., 2023 e Khangura et al., 2023). Seu cerne está na saúde do solo (Hauser, 2023), princípio que ecoa a sabedoria ancestral das

comunidades quilombolas cujo sistema de cultivo, segundo estudos realizados em quilombos na região de Goiás (Nascimento et al., 2017), leva a maiores concentrações de carbono no solo. Para as comunidades quilombolas, cultivar a terra vai além de técnicas, é um legado de comunhão e respeito pelo organismo vivo que é o solo, como observado no Quilombo de Mumbuca, em Minas Gerais (Steward; Lima, 2017). A tradição quilombola de observar, adaptar-se e interagir sustentavelmente com o ambiente ressoa com a agricultura regenerativa, exemplificando como o conhecimento tradicional pode se alinhar às inovações contemporâneas para fortalecer a sustentabilidade agrícola e ambiental.

A relação dinâmica e significativa com a terra revela que o conhecimento agrícola quilombola está ligado ao contexto histórico e cultural que moldou suas práticas de cultivo, bem como, esse conhecimento também carrega consigo os saberes para fins terapêuticos presentes em plantas medicinais (Magalhães et al., 2022). O conhecimento agrícola não é estático; ele é vivo e evolui dentro da territorialidade, ou seja, a terra não é apenas o espaço físico de cultivo, mas uma entidade que guarda a história e vincula a cosmologia à terra, como aponta o estudo que aborda a miscigenação entre negros do Quilombo Sacopá e indígenas da Aldeia Maracanã, no Rio de Janeiro (Poets, 2021). Ainda assim, mesmo diante da importância da territorialidade para essas comunidades, um grande número de quilombos aguarda a emissão do título de suas terras em longos e desafiadores processos, como observado no caso de Bombas, no Vale da Ribeira, em São Paulo, e sua disputa com o PETAR - Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Thorkildsen; Kaarhus, 2019), este caso obteve um desfecho benéfico para a comunidade em 2024 (Borges, 2024), tendo a justiça de São Paulo invalidado a sobreposição do PETAR ao Quilombo Bombas, bem como, ordenado a sua titulação. Se as práticas agrícolas regenerativas refletem uma relação de mutualismo com o solo que é mantida por séculos de experiência, resistência e adaptação (Gonçalves et al., 2022 e Montero, 2020); então é preciso entender essa interseção entre a territorialidade e a ancestralidade para criar estratégias agrícolas integradas que fomentem a resiliência e o bem-estar das comunidades quilombolas, ao mesmo tempo em que se valorizam suas práticas e conhecimentos históricos.

Reconhecer a dimensão territorial da sabedoria ancestral reforça não apenas o vínculo entre comunidade e terra, mas também a importância desse conhecimento no enfrentamento dos desafios contemporâneos relacionados à sustentabilidade ambiental. Os princípios da agricultura regenerativa<sup>1</sup> estão entrelaçados, visando à revitalização dos ecossistemas e à resiliência ambiental (Duncan et al., 2020). Central a esses princípios é o compromisso de reduzir ou eliminar os agroquímicos sintéticos, favorecendo práticas orgânicas que mantêm a saúde do solo e da água, evitando danos à saúde e ao ambiente, preocupações globais, seja no cultivo do café com práticas de segurança hídrica na América do Sul (Bracken et al., 2023), ou nas áridas terras da Austrália (Khangura et al., 2023). Em todos os casos a preocupação com a diversidade de culturas cultivadas é essencial para promover a biodiversidade e a adaptação às mudanças climáticas, fortalecendo a segurança alimentar (Elevitch et al., 2018).

O diálogo global da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, apresentou 10 elementos fundamentais para a agroecologia com base em publicações científicas (Altieri, 1995; Gliessman, 2016) e discussões durante o encontro. São os seguintes princípios: diversidade, sinergia, eficiência, cocriação de conhecimento, reciclagem, valores sociais, resiliência, tradições culturais, governança de recursos, economia circular e solidária (FAO, 2018). Ainda assim, a agricultura regenerativa vista como sustentabilidade agrícola e ambiental enfrenta desafios como a perda da biodiversidade e as mudanças climáticas, dessa forma, suas práticas alicerçadas nos princípios da agroecologia despertam interesse também de gestores de políticas públicas e administradores de terras (Jordon; Winter; Petrokofsky, 2023).

As comunidades quilombolas cultivaram, ao longo das gerações, uma sabedoria agrícola que está enraizada em tradições, sendo habitual o tratamento de doenças com base em cascas, folhas, raízes e óleos vegetais (Nascimento; Arantes; Carvalho, 2022). Esta expertise é um alicerce de sua sobrevivência e capacidade de adaptação a condições muitas vezes adversas, semelhante ao legado dos povos indígenas da Amazônia, que criaram a Terra Preta (Schmidt, 2013). Assim como a Terra Preta reflete

---

1 Princípios da agricultura regenerativa: Reconhecer e incluir diversas formas de conhecer e ser. Cuidar das pessoas, dos animais e do planeta. Ultrapassar abordagens capitalistas. Compartilhar o sistema alimentar. Promover inovações responsáveis. Planejar a longo prazo as relações rurais-urbanas

uma relação intencional e avançada com o solo, transformando-o de maneira sustentável, as práticas quilombolas de cultivo e manejo de recursos refletem uma percepção de cuidado e respeito pela terra que é consistentemente regenerativa (Gonçalves et al., 2022). A integração destes princípios regenerativos, observáveis tanto na Terra Preta quanto nas práticas quilombolas, fortalece a sustentabilidade e a resiliência de seus sistemas agrícolas, especialmente diante das ameaças impostas pelas mudanças climáticas e pela necessidade de preservação da biodiversidade local. A união dessas tradições com estratégias modernas resulta em uma simbiose que beneficia tanto a conservação do legado cultural quanto a biodiversidade, enquanto promove a segurança alimentar e a resiliência das comunidades, a exemplo do fomento da agroecologia quilombola, no Quilombo Coxilha Negra, no Rio Grande do Sul (Pestana et al., 2022).

A migração para práticas regenerativas é estratégica frente aos desafios impostos pelas mudanças climáticas. Extremos climáticos, como secas e inundações, ameaçam diretamente a subsistência e a estabilidade econômica, uma vez que, segundo He e Rosa (2023) as previsões do aquecimento global apontam para um aumento na frequência de eventos meteorológicos extremos que podem agravar a escassez de água. Pesquisas recentes também apontam para o fato de a maioria dos países possuir alguma forma de regulamentação para a degradação do solo (Peake; Robb, 2021), em alguns casos oferecendo incentivos para a melhoria da saúde do solo, pois, por meio de técnicas regenerativas de manejo do solo aumenta-se a resiliência a períodos de escassez hídrica e a outros eventos climáticos desfavoráveis (Gugissa; Abro; Tefera, 2022). Portanto, é possível considerar que a prática da agricultura regenerativa vai além da resiliência ambiental, tocando aspectos essenciais como saúde, independência econômica e avanços sociais.

Apesar da adoção da agricultura regenerativa pelas comunidades quilombolas ser promissora, ela é obstruída por consideráveis obstáculos econômicos, políticos e educacionais. O relato da fundação do Quilombo Cafundá Astrogilda, em Vargem Grande, no Rio de Janeiro, (Dória, 2023) ilustra alguns desses obstáculos entre os quais a desigualdade econômica e relações de poder assimétricas que se prolongam no tempo. Tais comunidades, já prejudicadas por desigualdades socioeconômicas

históricas, muitas vezes enfrentam outros desafios, comprometendo a transição para esse modelo de agricultura; conforme observado em estudo sobre o Quilombo da Fazenda, em São Paulo (Rodrigues et al., 2020), onde apenas o uso indireto dos recursos naturais é permitido, uma vez que a comunidade está na área do Parque Estadual da Serra do Mar. Nesse caso específico houve migração para áreas de periferia urbana agravando-se com demais problemas sociais decorrentes da mudança não planejada.

A carência de políticas públicas que reconheçam e incentivem a agricultura regenerativa nas comunidades quilombolas limita o acesso dessas comunidades a assistência técnica especializada, crédito agrícola facilitado e infraestrutura básica. Esse déficit de respaldo institucional mina os esforços para a adoção desta prática agrícola mais sustentável, sendo a maior ameaça, a pressão para o não reconhecimento das terras quilombolas pelo governo (Rodrigues et al., 2020). Ademais, a transição para a agricultura regenerativa exige um investimento em educação e capacitação, o que pode ser um processo lento e complexo, sobretudo em um cenário de acesso desigual à educação. Alguns membros das comunidades quilombolas podem encontrar barreiras para absorver o conhecimento técnico exigido e, portanto, resistir à adoção de tais práticas. Entre essas barreiras, além do acesso à educação, também podem ser internas, como por exemplo conflitos familiares (Rodrigues et al., 2020). É fundamental reconhecer e superar esses desafios para assegurar que a agricultura regenerativa seja totalmente acessível e aplicável nas comunidades quilombolas, possibilitando o aproveitamento dos benefícios oferecidos, tanto na resiliência agrícola como na conservação ambiental.

## **O CONTRASTE SOCIOECONÔMICO NAS TERRAS QUILOMBOLAS**

A carência histórica de recursos essenciais, além da desigualdade social e econômica nas comunidades quilombolas, compromete áreas vitais como educação e saúde, prejudicando o desenvolvimento sustentável e a resiliência comunitária (Santos et al. 2024). A deficiência educacional limita o conhecimento técnico necessário para práticas agrícolas sustentáveis, enquanto a falta de infraestrutura básica, impõe custos

logísticos elevados e restringe o acesso ao mercado (Cardoso et al., 2018). Esses desafios exigem políticas públicas efetivas focadas em educação, infraestrutura e serviços básicos, a exemplo da Política de Educação do Campo – Procampo, e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, viabilizados pelo Decreto no 7.352/2010 (BRASIL, 2010). São políticas públicas que permitem aos movimentos sociais reivindicarem o direito a existência de suas culturas e tradições étnicas, e são fundamentais para a redução das desigualdades sociais, a exemplo do acesso à internet área em que as populações do campo possuem as maiores limitações (IBGE, 2022).

A persistente desigualdade econômica nas comunidades quilombolas limita sua capacidade de acesso à educação, à saúde e ao reconhecimento da titularidade de suas terras. Iniciativas de economia solidária como a do quilombo Piqui da Rampa (Nascimento et al., 2021) não são suficientes para reverter essa situação, que pode ser analisada inclusive sob a ótica do racismo estrutural em que preconceitos e discriminação encontram-se velados, mas atuantes. Tal viés foi observado na sociedade durante a pandemia de coronavírus, uma vez que contribuiu para a um número subestimado de vítimas (Andrade et al., 2022).

A escassez de fundos enfraquece a viabilidade das práticas agrícolas regenerativas, apesar de seus benefícios de longo prazo para sustentabilidade e produtividade. Serviços essenciais, como por exemplo, a coleta de lixo, estão disponíveis em apenas duas das sete comunidades quilombolas do Estado do Mato Grosso do Sul (Morais Lima; Paulo, 2018), fato que impacta diretamente, além da saúde da comunidade, na resiliência ambiental do território. Em Minas Gerais, pesquisa realizada em 23 comunidades sobre condições de trabalho, apontou para a desigualdade nos níveis de escolaridade, com os quilombolas tendo menos acesso à educação, falta de rede de apoio social, além de preconceito e discriminação (Miranda et al., 2021).

Os territórios quilombolas podem ser compreendidos em dimensões materiais e simbólicas, a primeira no sentido da titulação constitucional e a segunda relacionada à identidade. Entretanto, é preciso atenção com uma visão estagnada no tempo que exige das comunidades quilombolas o resguardo e manutenção de traços genuinamente

africanos. Nesse contexto, como apontam Pereira e Oliveira (2019), a territorialidade quilombola se torna fundamental para a compreensão e atuação política, pois destaca como uma dimensão que transcende a posse física, abarcando uma gama de relações socioambientais, culturais e históricas que, segundo Treccani (2006), são essenciais para a identidade e sobrevivência dessas comunidades. A territorialidade reconhece que a segurança da posse da terra é fundamental não apenas para a sustentabilidade das práticas agrícolas regenerativas, mas também para a própria continuidade da cultura e da vida social quilombola (Menna Barreto; Ferraz, 2020). Além dos problemas com a titulação, invasões e conflitos limitam o acesso a terras, a exemplo dos desafios enfrentados pela comunidade São Braz, no recôncavo da Bahia, com empreendimentos transnacionais, que, por sua vez, restringem a sustentabilidade agrícola (Maia, 2021).

O empoderamento das comunidades quilombolas materializa-se na luta contra a desigualdade que as marcou ao longo da história e também em um modelo de educação que possa valorizar a cultura quilombola, ressignificando suas práticas e mantendo a memória de sua identidade. Esse modelo se manifesta em estudo realizado na comunidade Caveira, no Rio de Janeiro, por meio de uma educação quilombola (Soares et al., 2022). Viabilizar a participação ativa dessas comunidades em decisões da sociedade é um passo fundamental para uma sociedade igualitária. Sobretudo compreender que mesmo dentro de uma identidade quilombola há uma diversidade de expressões identitárias, a exemplo do estudo no quilombo Kalunga, em Goiás, que aponta para a divisão entre os quilombolas como sendo os “negros de verdade” e os “donos da terra” (Marinho, 2020).

Ao serem capacitadas e terem influência nas decisões, as comunidades quilombolas podem guiar seu desenvolvimento sustentável de forma alinhada com suas tradições e aspirações. O empoderamento permite que enfrentem e superem as barreiras sociais e econômicas e desenvolvam soluções inovadoras que respeitam suas condições particulares. Ou seja, são posições emancipatórias que conduzem a novos processos formativos, bem como a novas visões associadas ao caráter decolonizador (Gomes, 2021). Isso abrange desde a adoção de práticas agrícolas regenerativas até a exploração de oportunidades econômicas que se harmonizam com a conservação ambiental e a justiça social. Dessa forma, como observam Moraes e Rocha (2022), além

de um reconhecimento institucional, há a necessidade de ações e discussões e práticas diárias para colocar em movimento estratégias que levem em consideração a realidade das comunidades quilombolas.

## **AS COMPLEXIDADES DO RECONHECIMENTO AOS QUILOMBOS**

A morosidade e as dificuldades enfrentadas para obter a oficialização de seus territórios como remanescentes de quilombos perpetuam a incerteza sobre a posse da terra (Pereira; Oliveira 2019), fato que por extensão compromete a capacidade das comunidades de investir em práticas agrícolas sustentáveis. Além disso, a falta de reconhecimento oficial contribui para a invisibilidade das comunidades quilombolas perante o público em geral e as políticas públicas (Menna Barreto; Ferraz 2020). Isso mina a possibilidade de reconhecimento adequado das práticas de agricultura regenerativa e a valorização da herança cultural e ambiental. Para resolver esse problema, é essencial que o poder público agilize e simplifique o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas, assegurando que seus direitos territoriais sejam respeitados e, sobretudo, como apontam Ovalle e Ribeiro (2018), que recebam apoio eficaz para a implementação de práticas agrícolas regenerativas.

A complexidade e a demora na obtenção de certificações e autorizações adicionam um ônus de trabalho e uma fonte de frustração para aqueles que buscam elevar seu padrão de vida através da adoção de métodos agrícolas sustentáveis. Por exemplo, o caminho para o reconhecimento oficial de terras quilombolas é muitas vezes um labirinto de formulários e avaliações, estendendo-se por anos e drenando recursos já escassos (Ovalle; Ribeiro 2018; Maia, 2021). Esta espera prolongada gera uma névoa de incerteza sobre a posse de terras, entrvando decisões estratégicas de longo prazo e o acesso a investimentos em sustentabilidade. Do mesmo modo, a aquisição de licenças agrícolas e a entrada em programas de apoio são acompanhadas de procedimentos igualmente exaustivos. São ações que retardam iniciativas comunitárias e comprometem a adoção de práticas agrícolas regenerativas, a exemplo das 94 comunidades quilombolas, de sete estados da Amazônia Legal, que possuem processo

em tramitação no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, mas não tem a certificação da Fundação Palmares, logo a delimitação do território somente iniciará após a obtenção da certidão (Treccani et al., 2020).

Historicamente, as comunidades quilombolas têm se visto imersas em uma arena de conflitos de interesse, enfrentando empresas, entidades privadas e até instituições governamentais pelos recursos naturais de seus territórios ancestrais (Maia, 2021). Uma reforma processual permitiria que essas comunidades não apenas regularizassem suas terras mais prontamente, mas também fortaleceria a justiça social e a resiliência ambiental em seus territórios. A visão mercadológica na apropriação de territórios torna-se incapaz de enxergar o legado cultural ou a sabedoria da gestão ecológica das comunidades quilombolas (Pereira; Magalhães, 2023). As consequências dessa visão são severas: degradação do meio ambiente, perda de biodiversidade e adversidades socioeconômicas para essas populações. É uma vulnerabilidade que surge da ausência de um escudo legal, deixando as comunidades quilombolas à mercê de disputas que corroem sua capacidade de manter a integridade de seus territórios e práticas agrícolas, como apontado no estudo sobre os efeitos da Estrada de Ferro Carajás, no Pará (Malheiro, 2021), onde diversas comunidades quilombolas afetadas são pelos recortes dos trilhos e também por explosões na implantação de projetos de extração.

Em resposta às adversidades impostas pelo poder público, como a dificuldade de acesso a saneamento básico, educação e serviços de saúde (Pereira; Magalhães, 2023) e aos desafios impostos por interesses de empresas privadas (Malheiro, 2021), as comunidades quilombolas se voltam para a mobilização comunitária, entendendo-as como pilares vitais para a afirmação de seus direitos (Brandão 2020; Gomes, 2021). O estabelecimento de diálogos construtivos deve assegurar a integridade dos direitos territoriais e a continuidade da preservação ambiental ao lado das questões culturais. Conforme levantado no estudo sobre as relações de patrimônio histórico e cultural (Brandão, 2020), é preciso associar a patrimonialização à valorização, à manutenção, à restauração e à produção de conhecimento. Com tais medidas, as comunidades quilombolas poderão persistir como guardiãs da biodiversidade e como pilares da

sustentabilidade ambiental, mantendo sua identidade e herança cultural (Freita; Santos, 2021).

Cientes dos empecilhos burocráticos e da constante ameaça à integridade de seus territórios e modos de vida, estas comunidades não se isolam; pelo contrário, formam alianças estratégicas com entidades aliadas que podem oferecer suporte especializado - seja ele técnico, legal ou operacional, a exemplo do estudo sobre a qualidade da água e sua relação com a qualidade de vida da comunidade do município de Iaciara, em Goiás (Scalize et al., 2021), e do estudo sobre o conhecimento ecológico tradicional pelos quilombolas do Alto Guaporé, no Mato Grosso (Arruda et al., 2018). Esta união de esforços não só propaga suas narrativas e saberes, mas também constrói uma plataforma para a defesa de seus direitos que transcende a simples resistência; ele inspira e convida à ação conjunta, mirando soluções colaborativas que incluem a participação ativa do governo, da sociedade civil e de outros grupos locais. Através destas frentes de ação, as comunidades quilombolas potencializam o diálogo, buscando políticas que assegurem não só a proteção de seus territórios, mas também o respeito e a valorização de seus direitos sociais (Alves, 2020; Soares et al., 2022).

Para fortalecer as estratégias de longo prazo que visam superar os obstáculos impostos pelo poder público às comunidades quilombolas, é imprescindível que políticas públicas inclusivas sejam cuidadosamente desenhadas e efetivamente postas em prática. A essência dessas políticas deve residir na compreensão e no atendimento das necessidades específicas dessas comunidades, abraçando as dimensões sociais, econômicas, ambientais e espirituais de sua realidade, como aponta o estudo sobre tolerância e respeito com crenças de matriz africana (Neto e Goldman, 2022), e o estudo sobre o direito dos povos quilombolas, em que se assegura seu modo de vida através das participações sociais em escolhas relacionadas ao seu território (Oliveira Borba, 2020). Reconhecer o papel das comunidades quilombolas na conservação de recursos naturais e na implementação de práticas agrícolas sustentáveis, que emanam de um legado cultural e ancestral, é reconhecer a sabedoria que pode apontar caminhos viáveis para a sociedade. Se as práticas regenerativas são direcionadoras de um futuro mais sustentável por reduzir dependência de insumos externos, por fazer a rotação de culturas e diversificar sistemas agrícolas com culturas perenes (Hauser, 2023), também

o são os conhecimentos e as práticas ancestrais que intuitivamente fazem da agricultura familiar uma prática regenerativa, pois a saúde do solo é também a saúde da família.

## **CULTIVANDO A IDENTIDADE**

Parcerias estratégicas são fundamentais para potencializar a agricultura regenerativa nas comunidades quilombolas, oferecendo não só recursos financeiros e técnicos, mas também aportes de conhecimento e inovação. Afinal, a aprendizagem constante é considerada um mecanismo de resiliência da comunidade por nutrir a coesão e o próprio sentido de união, garantindo aos indivíduos forma de melhor reagir diante de incertezas ambientais e sociais (Zank et al., 2019). Instituições acadêmicas e de pesquisa oferecem substrato científico e adaptações tecnológicas, garantindo que as práticas agrícolas sejam não apenas ecologicamente corretas, mas também eficientes e adaptadas às peculiaridades ambientais de cada região, a exemplo de pesquisas realizadas em comunidades quilombolas na serra da Bocaina, no Rio de Janeiro (Vaitsman et al., 2023), onde por meio de um conjunto de indicadores locais os pesquisadores acompanham a evolução da Agenda 2030 (UN, 2015) nas comunidades.

A colaboração com essas entidades assegura que o conhecimento tradicional seja valorizado e integrado com inovações científicas, reforçando a identidade cultural das comunidades quilombolas. A cultura não é somente um recurso, mas uma das mais eficientes formas de se manter a identidade de uma comunidade e, segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2023), a cultura é capaz de transformar a sociedade e renovar ideias ao propor novas perspectivas e repensando a própria relação com o ambiente.

A contribuição da educação se manifesta no sentido de fortalecer a educação não formal presente no cotidiano dos quilombos, para então construir redes de aprendizagem que fortaleçam a reivindicação de condições de vida e dignidade em conjunto com a luta pelo território (Nunes; Marques, 2019). Essas alianças são uma forma de fortalecimento, inclusive das práticas agrícolas nas comunidades quilombolas, pois promovem o equilíbrio entre conservação ambiental e viabilidade

econômica, assegurando que a agricultura regenerativa seja um vetor de desenvolvimento sustentável. Desenvolvimento e afirmação cultural para as comunidades, principalmente por valorizar uma compreensão ampla da cultura quilombola que prioriza os laços afetivos e a conexão com a terra (Morais; Rocha, 2022). O engajamento de uma ampla rede de atores, incluindo ONGs, entidades acadêmicas e o setor privado, traz uma diversidade de vantagens, desde o acesso a novas tecnologias até a introdução a mercados mais amplos. Sobretudo, essas parcerias auxiliam no enfrentamento dessas mesmas novas tecnologias que, segundo em um avanço descontrolado, podem desvalorizar o conhecimento quilombola e sua herança cultural (Pereira; Magalhães, 2023).

Para garantir o sucesso da agricultura regenerativa entre as comunidades quilombolas, torna-se fundamental o amplo reconhecimento de suas práticas e necessidades específicas. Além de capacitações moldadas para incluir práticas sustentáveis e o cultivo de espécies nativas, como por exemplo a inserção da palmeira juçara no projeto agroecológico do Quilombo Campinho, no Rio de Janeiro, que buscou unir conhecimento científico com a cultura quilombola (Montero, 2020). Além disso, é preciso remover obstáculos, especialmente em relação à posse da terra (Rodrigues et al., 2020) com a promoção da titulação de terras quilombolas bem como, o desenvolvimento de mais pesquisas voltadas às particularidades dos quilombolas. Segundo estudo recente apesar do tempo decorrido desde o estabelecimento do direito constitucional da terra quilombola (Brasil, 1988), pouco mais de 30 comunidades receberam o título definitivo, assim sendo, seriam necessários mais de 900 anos para contemplar todas as comunidades com sua devida titulação (Schönenberg, 2020).

É fundamental que o poder público desempenhe um papel ativo no empoderamento das comunidades quilombolas, formulando políticas que apoiem suas práticas agrícolas regenerativas e programas educacionais voltados para o desenvolvimento de habilidades. A ação governamental deve visar sobretudo o declínio do racismo estrutural que reflete o legado de opressão social. Estudos recentes evocam essa percepção em medidas de disparidade social relacionadas à emprego, educação saúde, moradia (Neblett, 2023; Pabayo et al., 2019; Chambers et al., 2018). Ao promover um ambiente de apoio, o poder público não apenas ajuda a garantir a sobrevivência de

tradições culturais, mas também fortalece a luta pela eliminação do racismo estrutural bem como favorece a diversidade e a resiliência socioambiental.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao integrar as práticas agrícolas regenerativas com os saberes ancestrais quilombolas, percebe-se uma união que celebra a capacidade das comunidades quilombolas de inovar a partir de uma base ancestral, perpetuando um legado de cuidado com a terra e respeito pelos ciclos naturais. Nesse sentido, a prática da agricultura regenerativa, em consonância com os conhecimentos quilombolas, reafirma a importância de uma relação simbiótica e sustentável com o meio ambiente, onde a terra, e principalmente o território, com sua simbologia inerente, é tratada como uma extensão do ser humano.

No entanto, a jornada para a implementação eficaz dessas práticas enfrenta desafios como barreiras socioeconômicas, políticas e educacionais. A escassez de recursos, o reconhecimento oficial das terras quilombolas e o acesso limitado a tecnologias e conhecimentos técnicos são obstáculos que precisam ser transpostos para garantir a plena adoção de práticas agrícolas sustentáveis.

Políticas públicas que apoiem essas comunidades e promovam a titulação de suas terras são essenciais para assegurar a continuidade e a valorização de suas práticas enraizadas na ancestralidade. A valorização dos saberes tradicionais quilombolas não é apenas uma questão de justiça social, mas também um componente essencial na promoção da biodiversidade e na resiliência frente às mudanças climáticas que assolam a contemporaneidade. Sobretudo, faz-se necessário reconhecer as especificidades das comunidades quilombolas, garantindo que seus direitos sejam respeitados e suas vozes sejam ouvidas. A implementação de programas educacionais voltados para a conservação cultural, bem como, para o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao manejo das terras são passos importantes para assegurar que sua cultura seja resguardada e suas práticas agrícolas possam se desenvolver apropriadamente. Isso não significa manter tradições estanques em seu tempo, mas sim

a manutenção de diálogos que estabeleçam o respeito pela identidade, saberes e práticas quilombolas.

Assim sendo, a interseção entre a agricultura regenerativa e a ancestralidade quilombola oferece um caminho promissor para a sustentabilidade, combinando a sabedoria ancestral com práticas modernas de conservação ambiental, mostrando que é possível cultivar o futuro sem esquecer as sementes do passado.

## Referências

ALTIERI, Miguel A. **Agroecology: principles and strategies for designing sustainable farming systems**. Berkeley: [s.n.], 1995. Disponível em: <[https://www.agroeco.org/doc/new\\_docs/Agroeco\\_principles.pdf](https://www.agroeco.org/doc/new_docs/Agroeco_principles.pdf)>. Acesso em: 14 out. 2024.

ALTIERI, Miguel. The Ecological Role of Biodiversity in Agroecosystems. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, 74, 19-31. 1999.

ALVES, Daniel Cardoso. The trajectory of quilombola students in higher education. **Sociologias**, v. 22, n. 54, p. 376–381, 2020.

AMEDE, Tilahun et al. Sustainable Farming in Practice: Building Resilient and Profitable Smallholder Agricultural Systems in Sub-Saharan Africa. **Sustainability (Switzerland)**, v. 15, n. 7, 2023.

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de; NOGUEIRA, Letícia; NEVES, Lucas do Couto. Rural education teacher training: Remote learning challenges in Brazilian IFES during the COVID-19 pandemic | Formação de Educadores do Campo nas IFES Brasileiras: Desafios do Ensino Remoto em Tempos de Pandemia de COVID-19 | Formación de educadores. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, 2022.

ARRUDA, Joari Costa de et al. Traditional ecological knowledge of fish fauna in quilombolas on the Alto Guaporé, Mato Grosso, Southern Amazonia, Brazil | Conhecimento ecológico tradicional da ictiofauna pelos quilombolas no Alto Guaporé, Mato Grosso, Amazônia meridional, Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 13, n. 2, p. 315–329, 2018.

BORGES, Taynara. **Em decisão inédita, Justiça de SP invalida sobreposição do Petar ao Quilombo Bombas e determina sua titulação**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/em-decisao-inedita-justica-de-sp-invalida-sobreposicao-do-petar-ao>. Acesso: 14/10/2024

BRACKEN, Paul Phoebe; BURGESS, Paul; GIRKIN, Nicholas. Opportunities for enhancing the climate resilience of coffee production through improved crop, soil and water management. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 47, n. 8, p. 1125–1157, 2023.

BRANDÃO, Joseane Paiva Macedo. Quilombos, federal heritage policy and reparations | Quilombos, política federal de patrimônio e reparação. **Anais do Museu Paulista**, v. 28, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. . [S.l: s.n.], 1988. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 14 out. 2024.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm)>. Acesso em: 14 out. 2024.

CARDOSO, Clarissiane Serafim; DE MELO, Letícia Oliveira; FREITAS, Daniel Antunes. Condições de saúde nas comunidades quilombolas. **Revista de Enfermagem UFPE on line**, v. 12, n. 4, p. 1037.

CHAMBERS, Brittany D. et al. Testing the Association Between Traditional and Novel Indicators of County-Level Structural Racism and Birth Outcomes among Black and White Women. **Journal of Racial and Ethnic Health Disparities**, v. 5, n. 5, 2018.

DÓRIA, Júlio Cesar de Souza. The Peasants of the Backlands of Rio de Janeiro: The Black and Mestizo Peasant Community of Vargem Grande | Os camponeses do sertão do Rio de Janeiro: a comunidade camponesa negra e mestiça de Vargem Grande. **Revista Brasileira de História**, v. 43, n. 92, p. 141–154, 2023.

DUNCAN, Jessica; CAROLAN, Michael; WISKERKE, Johannes. **Routledge Handbook of Sustainable and Regenerative Food Systems**. [S.l: s.n.], 2020.

ELEVITCH, Craig; MAZAROLI, Niki; RAGONE, Diane. Agroforestry standards for regenerative agriculture. **Sustainability (Switzerland)**, v. 10, n. 9, 2018.

EVANS, Kate. **The Nutrient-Rich Legacy in the Amazon's Dark Earths**.

FAO. **FAO'S work on agroecology - A pathway to achieving the SDGs**. . [S.l: s.n.], 2018. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/I9021EN/i9021en.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2024.

FERREIRA, Maria Julia et al. **Indigenous and Traditional Management Creates and Maintains the Diversity of Ecosystems of South American Tropical Savannas.**

**Frontiers in Environmental Science.** [S.l.]: Frontiers Media S.A. , 26 jan. 2022.

FREITAS, Anderson Santos de et al. Amazonian dark earths enhance the establishment of tree species in forest ecological restoration. **Frontiers in Soil Science**, v. 3, 2023.

FREITAS, Karolayne Nunes dos Santos; SANTOS, Raphael de Souza Almeida. Law as an instrument of cultural preservation: A socio-legal analysis of the recognition of the quilombola community of Vargem Comprida (BA) as a remaining kilombo land. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 8, n. 1, 2021.

GLIESSMAN, Steve. Transforming Food Systems with Agroecology. **Agroecology and Sustainable Food Systems** 40 (3): 187–89. 2016.

GOMES, Eduardo Pereira Cabral et al. Post-agricultural succession in the fallow swiddens of Southeastern Brazil. **Forest Ecology and Management**, v. 475, 2020.

GOMES, Nilma Lino. The fight against racism and the decolonization of educational and academic practices | O combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas. **Revista de Filosofia: Aurora**, v. 33, n. 59, p. 435–454, 2021.

GONÇALVES, Maiara Cristina et al. Traditional Agriculture and Food Sovereignty: Quilombola Knowledge and Management of Food Crops. **Journal of Ethnobiology**, v. 42, n. 2, p. 241–260, 2022.

GUGISSA, Desalegn A.; ABRO, Zewdu; TEFERA, Tadele. Achieving a Climate-Change Resilient Farming System through Push–Pull Technology: Evidence from Maize Farming Systems in Ethiopia. **Sustainability (Switzerland)**, v. 14, n. 5, 1 mar. 2022.

HAUSER, Michael. Agroecology: Can it inform disaster risk management in fragile settings? **Outlook on Agriculture**, 14 set. 2023.

HE, Liyin; ROSA, Lorenzo. Solutions to agricultural green water scarcity under climate change. **PNAS Nexus**, v. 2, n. 4, 3 abr. 2023.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - Acesso à Internet e a televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal**. [S.l: s.n.], 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=38243>>. Acesso em: 14 out. 2024.

JORDON, Matthew; WINTER, Michael; PETROKOFKY, Gillian. Advantages, disadvantages, and reasons for non-adoption of rotational grazing, herbal leys, trees on farms and ley-arable rotations on English livestock farms. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 47, n. 3, p. 330–354, 2023.

KHANGURA, Ravjit et al. Regenerative Agriculture—A Literature Review on the Practices and Mechanisms Used to Improve Soil Health. **Sustainability (Switzerland)**, v. 15, n. 3, 2023.

MAGALHÃES, P.K.A. et al. Ethnobotanical and ethnopharmacological study of medicinal plants used by a traditional community in Brazil's northeastern | Estudo etnobotânico e etnofarmacológico de plantas medicinais utilizadas por uma comunidade tradicional do nordeste brasileiro. **Brazilian Journal of Biology**, v. 82, 2022.

MAIA, Suzana. Global neoliberalism, racial capitalism and women's political organization in a quilombo fishing community in the Recôncavo da Bahia | Neoliberalismo global, capitalismo racial e organização política de mulheres numa comunidade pesqueira quilombola do Rec. **Latin American Research Review**, v. 56, n. 2, p. 371–384, 2021.

MALHEIRO, Bruno Cezar. Listening to the territory and thinking through other (geo)graphies: territorialities in r-existence to mining in the Amazon | Oír el territorio y pensar otras (geo)grafías: territorialidades r-existencia a la minería en la Amazonia | Ouvir o território e. **Ateliê Geográfico**, v. 15, n. 3, p. 188–205, 2021.

MARINHO, Thais Alves. Authenticity, Consumption and Quilombola Recognition: From Neotribalism to The Consumer Society | Autenticidade, consumo e reconhecimento quilombola: Do neotribalismo à sociedade de consumo. **Historia (Brazil)**, v. 39, 2020.

MASTERSON, Victoria. **What is regenerative agriculture? World Economic Forum**. Disponível em: <<https://www.weforum.org/agenda/2022/10/what-is-regenerative-agriculture/>>. Acesso em: 14 out. 2024.

MATOS, P.S. et al. Soil organic carbon fractions in agroforestry system in Brazil: seasonality and short-term dynamic assessment. **Revista Brasileira de Ciencia do Solo**, v. 47, n. Special Is, 2023.

MENNA BARRETO, Ricardo de Macedo; FERRAZ, Helena Mascarenhas. Quilombolas communities, racism and ideology in the speech of Jair Bolsonaro: Critical study of political and judicial discourse | Comunidades quilombolas, racismo e ideologia no discurso de Jair Bolsonaro: Estudo crítico dos discursos político e judicial. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, p. 700–722, 2020.

METYCH, Michele. **Regenerative agriculture**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/technology/regenerative-agriculture>>. Acesso em: 14 out. 2024.

MIRANDA, Sérgio Vinícius Cardoso de et al. Mapping the working conditions of quilombola men and intersections between informality and mental health | Cartografia das condições de trabalho de homens quilombolas e as intersecções para a informalidade e a saúde mental | Cartografías de las condicione. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 25, 2021.

MONTERO, Carla Guérron. Women Sustaining Community: The Politics of Agro-Ecology in Quilombo Tourism in Southern Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, v. 39, n. 2, p. 191–207, 2020.

MORAIS, Tauanaiaira Nogueira de; ROCHA, Nara Maria Forte Diogo. The concepts of health care according to women from a Quilombola community in the metropolitan area of Fortaleza, in the State of Ceará: an investigation via affections. **Saude e Sociedade**, v. 31, n. 3, 2022.

MORAIS LIMA, Priscilla; PAULO, Paula Loureiro. Solid-waste management in the rural area of BRAZIL: a case study in Quilombola communities. **Journal of Material Cycles and Waste Management**, v. 20, n. 3, p. 1583–1593, 2018.

NASCIMENTO, José Edilson do; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça; FÉ, Elisângela Guimarães Moura. Piqui da Rampa quilombola community solidary revolving fund in Maranhão: Instrument of solidary finance and self-management. **Revista Brasileira de Gestao e Desenvolvimento Regional**, v. 17, n. 1, p. 423–436, 2021.

NASCIMENTO, Robervone S.de M.P.do et al. Soil organic matter pools under management systems in quilombola territory in Brazilian Cerrado. **Revista Brasileira de Engenharia Agricola e Ambiental**, v. 21, n. 4, p. 254–260, 2017.

NASCIMENTO, Veridiana Barreto; ARANTES, Ana Carolina Vitorio; CARVALHO, Luciana Gonçalves de. Vulnerability analysis and quilombola women's health in a mining area in the Amazon. **Saude e Sociedade**, v. 31, n. 3, 2022.

NBS. **Indigenous community-led reforestation and agroforestry in the Amazon**. Disponível em: <<https://www.naturebasedsolutionsinitiative.org/news/indigenous-community-reforestation-agroforestry-amazon-deforestation/>>. Acesso em: 14 out. 2024.

NEBLETT, Enrique W. Racism measurement and influences, variations on scientific racism, and a vision. **Social Science and Medicine**, v. 316, 2023.

NEINA, Dora; AGYARKO-MINTAH, Eunice. **The Terra Preta Model soil for sustainable sedentary yam production in West Africa**. **Heliyon**. [S.l.]: Elsevier Ltd. , 1 maio 2023.

NETO, Edgar Rodrigues Barbosa; GOLDMAN, Marcio. The curse of tolerance and the art of respect in the encounter of knowledges – 1st. Part | A maldição da tolerância e a arte do respeito nos encontros de saberes – 1ª. Parte. **Revista de Antropologia**, v. 65, n. 1, 2022.

NUNES, Georgina Helena Lima; MARQUES, Sônia Maria dos Santos. Narrativas quilombolas, a pluralidade na luta das mulheres e o descentramento de estratégias políticas. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 2, p. 566–594, 2019.

OLIVEIRA BORBA, G. The legislative process as a guarantee for obtaining prior consent from the Quilombola communities of Alcântara | O processo legislativo como garantia para a obtenção do consentimento prévio das comunidades quilombolas de Alcântara. **Brazilian Journal of International Law**, v. 17, n. 3, p. 30–37, 2020.

OVALLE, Luiza Aragon; RIBEIRO, Yolanda Gaffrée. Access to rights and the state bureaucracy: Academic mediators, quilombola protagonism and tradition in dispute | Garantia de direitos e burocracias estatais: Mediadores universitários, protagonistas quilombolas e a tradição em disputa. **Horizontes Antropológicos**, v. 24, n. 50, p. 215–242, 2018.

PABAYO, Roman et al. Structural Racism and Odds for Infant Mortality Among Infants Born in the United States 2010. **Journal of Racial and Ethnic Health Disparities**, v. 6, n. 6, 2019.

PACHECO, Andrea; MEYER, Carsten. Land tenure drives Brazil's deforestation rates across socio-environmental contexts. **Nature Communications**, v. 13, n. 1, 2022.

PARZYSZEK, Paul. **Terra Preta: What's So Special About Amazonian Dark Earths?**  
Disponível em: <<https://utopia.org/guide/terra-preta-whats-so-special-about-amazonian-dark-earths/>>. Acesso em: 14 out. 2024.

PEAKE, Lewis; ROBB, Cairo. **Saving the ground beneath our feet: Establishing priorities and criteria for governing soil use and protection. Royal Society Open Science**. [S.l.]: Royal Society Publishing, 2021.

PEREIRA, Amanda dos Santos; ALLEGRETTI, Maitê; MAGALHÃES, Lilian. We, quilombola women, know each other's pain: an investigation on sisterhood and occupation. **Brazilian Journal of Occupational Therapy**, v. 30, 2022.

PEREIRA, Amanda dos Santos; MAGALHÃES, Lilian. Life in the quilombo: work, affection and care in the words and images of quilombola women | A vida no quilombo: trabalho, afeto e cuidado nas palavras e imagens de mulheres quilombolas | La vida en el quilombo: trabajo, afecto y cuidado en las palabras e. **Interface: Communication, Health, Education**, v. 27, 2023.

PEREIRA, Camila da Silva; OLIVEIRA, Alexandra Maria. The collective titling of quilombola lands and the conflicts for territorial rights in the state of Rio Grande do Norte, Brazil | A titulação coletiva de terras quilombolas e os conflitos por direitos territoriais no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. **Ateliê Geográfico**, v. 13, n. 1, p. 150–169, 2019a.

PEREIRA, Camila da Silva; OLIVEIRA, Alexandra Maria de. A titulação coletiva de terras quilombolas e os conflitos por direitos territoriais no estado do Rio Grande do Norte, Brasil. **Ateliê Geográfico**, v. 13, n. 1, p. 150–169, 1 abr. 2019b.

PESTANA, Marlon Borges; FONSECA, Eder Ribeiro; FUNK, Tanja Raquel. The four stones of Xangô: heritage education in agroecological quilombos of São Lourenço do Sul, RS. **TESSITURAS - Revista de Antropologia e Arqueologia**, 2022.

POETS, Desirée. Settler colonialism and/in (urban) Brazil: black and indigenous resistances to the logic of elimination. **Settler Colonial Studies**, v. 11, n. 3, p. 271–291, 2021.

RIZZO, Tamiris Pereira; FONSECA, Alexandre Brasil Carvalho da. From being adrift to the “aquilombamento”: Territoriality and production of knowledge by black collectives at UFRJ | Do estar à deriva ao aquilombamento: territorialidade e produção de saberes de coletivos negros da UFRJ | De estar a la deriva al aquilomb. **Praxis Educativa**, v. 17, 2022.

RODRIGUES, Eliana et al. Participatory ethnobotany and conservation: A methodological case study conducted with quilombola communities in Brazil's Atlantic Forest. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 16, n. 1, 2020.

RODRIGUES, Thiago. **Sistema de plantio quilombola se torna patrimônio cultural do Brasil**. Disponível em: <<https://www.em.com.br/app/noticia/diversidade/2021/10/26/noticia-diversidade,1316903/sistema-de-plantio-quilombola-se-torna-patrimonio-cultural-do-brasil.shtml>>. Acesso em: 14 out. 2024.

RODRIGUES, Efraim. Biologia da conservação: ciência da crise Biologia da Conservação: ciência da crise Conservation Biology; a crisis science. **Ciências Agrárias, Londrina**, [s. l.], v. 23, n. 2. 2002.

SANTOS, Evilma Nunes et al. Quality of life of women from a quilombola community in northeastern Brazil. **Brazilian Journal of Biology**, v. 84, 2024.

SANTOS, Alexandra; DOULA, Sheila Maria. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, Ano XV. 2008.

SCALIZE, P.S. et al. Physicochemical, microbiological quality, and risk assessment of water consumed by a quilombola community in midwestern Brazil. **Environmental Science and Pollution Research**, v. 28, n. 27, p. 35941–35957, 2021.

SCHMIDT, Morgan. **Amazonian Dark Earths: pathways to sustainable development in tropical rainforests? Terra Preta Arqueológica: caminhos para o desenvolvimento sustentável nas florestas tropicais? Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.** [S.l: s.n.], 2013.

SCHMIDT, Morgan J et al. **ANTHROPOLOGY - Intentional creation of carbon-rich dark earth soils in the Amazon**. [S.l: s.n.], 2023. <<https://doi.org/10.1126/sciadv.adh8499>>.

SCHÖNENBERG, Regine. How to overcome the development deadlock in the Quilombo Vila Formosa, Brazil? **Journal of Land Use Science**, v. 15, n. 2–3, p. 406–423, 2020.

SMITH, C.; DAVIES, A.; GOMES, B. In Front of the World: Translating Beatriz Nascimento. **Antipode**, v. 53, n. 1, p. 279–316, 2021.

SOARES, D.G.; MAROUN, K.; SOARES, A.J.G. The social construction of a quilombola school: the experience of the Caveira community, RJ | **Revista Brasileira de Educaçao**, v. 27, 2022.

SOUZA, Jurema Machado de Andrade; SACRAMENTO, Eleonice Conceição. **Resistance and Solidarity in Quilombo Territory**. Disponível em: <<https://nacla.org/resistance-solidarity-quilombo>>. Acesso em: 14 out. 2024.

STEWART, Angela; LIMA, Deborah. We Also Preserve: Quilombola Defense of Traditional Plant Management Practices Against Preservationist Bias in Mumbuca, Minas Gerais, Brazil. **Journal of Ethnobiology**, v. 37, n. 1, p. 141–165, 1 mar. 2017.

THORKILDSEN, K.; KAARHUS, R. The contested nature of Afro-descendant quilombo land claims in Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v. 46, n. 4, p. 792–810, 2019.

THORKILDSEN, Kjersti. Social-ecological changes in a Quilombola community in the atlantic forest of southeastern Brazil. **Human Ecology**, v. 42, n. 6, p. 913–927, 1 dez. 2014.

TRECCANI, G.D.; MONTEIRO, A.N.G.; PINHEIRO, M.S.B. Land and environmental data: divergences and conflicts | Dados fundiários e ambientais: divergências e conflitos. **Revista de Direito Economico e Socioambiental**, v. 11, n. 1, p. 237–271, 2020.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo: Caminhos e entraves do processo de titulação**. Belém: Edição do autor, 2006.

UN, United Nations. **The 2030 Agenda for Sustainable Development**. Disponível em: <<https://sdgs.un.org/2030agenda>>. Acesso em: 20 fev. 2024.

UNESCO. **Cultural heritage: 7 successes of UNESCO's preservation work**. Disponível em: <<https://www.unesco.org/en/cultural-heritage-7-successes-unescos-preservation-work>>. 2023. Acesso em: 14 out. 2024.

VAITSMAN, Jeni et al. Traditional practices and sustainable development: local indicators of sustainability among caiçaras and quilombola communities in Bocaina. **Ambiente e Sociedade**, v. 26, 2023.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ZANK, Sofia; DE ARAUJO, Luciana Gomes; HANAZAKI, Natalia. Resilience and adaptability of traditional healthcare systems: A case study of communities in two regions of Brazil. **Ecology and Society**, v. 24, n. 1, 2019.

**Sobre o/a (s) autor/a (s):**

**Fabio Gimovski**

Doutorando pelo programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental / Universidade Positivo.  
E-mail: fabiogimovski@hotmail.com

**Cintia Mara Ribas de Oliveira**

docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Gestão Ambiental / Universidade Positivo. E-mail: cmaras@up.edu.br